Sistema de Marcadores

1. O sistema de marcadores visa fazer o acompanhamento das atividades dos Estados-membros no contexto dos objetivos estratégicos do CAD: Bem-estar económico, desenvolvimento social, sustentabilidade ambiental, proteção dos direitos humanos, respeito pelo Estado de Direito.

Estão atualmente definidos 9 marcadores, com uma pontuação de 0 a 2:

O sistema de marcadores visa fazer o acompanhamento das atividades dos Estados-membros no contexto dos objetivos estratégicos do CAD: Bem-estar económico, desenvolvimento social, sustentabilidade ambiental, proteção dos direitos humanos, respeito pelo Estado de Direito.

Estão atualmente definidos 11 marcadores, com uma pontuação de 0 a 2:

MARCADORES DE POLÍTICA

1. Género
2. Governação Democrática e Inclusiva
3. Redução Riscos Desastres - DRR
4. Ambiente
5. Saúde Reprodutiva e Materno-infantil – RMNCH
6. Nutrição
7. Inclusão de pessoas com deficiência

MARCADORES DO RIO

8. Alterações climáticas (Mitigação)
9. Alterações climáticas (Adaptação)
10. Biodiversidade
11. Desertificação

2 - Objetivo Principal

1 - Objetivo Significativo

0 - Atividade não orientada para o objetivo

2 - Objetivo Principal

Ou objetivo primário define-se como sendo fundamental à conceção da atividade. Pode ser determinado respondendo à questão "a atividade seria realizada sem esse objetivo?".

1 - Objetivo Significativo

Ou objetivo secundário, embora importante, não se encontra entre a motivação principal da atividade.

0 - Atividade não orientada para o objetivo

O valor "0" significa que a atividade não está orientada para aquele objetivo.

2. Uma atividade pode ter mais do que um Marcador assinalado.

Ex: *Género (2) + Saúde Reprodutiva e Materno-infantil RMNCH (1)*

Para que a atividade qualifique como "principal" ou "significativo", esse objetivo deverá estar claramente espelhado na documentação do projeto.

3. Marcadores **Nutrição** e **Inclusão de pessoas com deficiência** são volutários.

4. Nos **Marcadores do Rio**, sempre que uma atividade esteja orientada para um desses marcadores deverá ser também marcada com o **Marcador Ambiente Geral**.

5. Nos separadores seguintes apresentam-se a definição de cada Marcador, os critérios de elegibilidade e exemplos de atividades. Os **Marcadores do Rio** encontram-se no separador seguinte com o mesmo nome.

NOTA IMPORTANTE: A marcação de uma atividade deve refletir os objetivos principais que a mesma pretende atingir e que estejam expressamente indicados no documento do projeto. Assim, a metodologia de identificação não foi concebida para registar todos os efeitos possíveis da atividade em todos os Marcadores. A abordagem deverá ser conservadora. Uma atividade sobremarcada descaracteriza o seu foco de intervenção, torna a classificação redundante não contribuindo para a compreensão do efetivo âmbito do projeto ou dos seus objetivos.

Marcadores de Política

1. GÉNERO	
DEFINIÇÃO Uma atividade deverá ser classificada como orientada para o Género (pontuando como Principal ou Significativa) se:	Tiver como objetivo promover a igualdade do género e a capacitação das mulheres ou reduzir a discriminação e desigualdades baseadas no sexo.
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	<p>A igualdade de género encontra-se explicitamente identificada na documentação do projeto através de medidas específicas que:</p> <p>a) Reduzam as desigualdades sociais, económicas e políticas entre homens e mulheres, raparigas e rapazes, assegurem que tanto mulheres como homens beneficiem da atividade; ou compensem por discriminações passadas; ou</p> <p>b) Desenvolvam/fortaleçam políticas, instituições e legislação anti-discriminação e favor da igualdade do género.</p> <p>Esta abordagem requer uma análise das desigualdades do género quer de forma individualizada, quer como parte integrante dos procedimentos <i>standard</i> das agências de ajuda.</p>
EXEMPLOS DE ATIVIDADES	<p>Exemplos de atividades que podem ser marcadas com o objetivo principal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - alfabetização de mulheres e crianças - redes do sexo masculino (male networks) contra a violência sobre o género - projetos de rede de segurança social que sejam diretamente dirigidos à proteção das mulheres e crianças enquanto grupo desfavorecido na sociedade - capacitação institucional dos Ministérios do Plano e Finanças para que incorporem objetivos de igualdade de género nas estratégias nacionais de redução da pobreza ou estratégias similares. <p>Estas atividades podem ser dirigidas especificamente a mulheres, a homens, ou a ambos.</p> <p>Exemplos de atividades que podem ser marcadas com o objetivo significativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - atividades que tenham como principal objetivo providenciar água potável a um distrito ou a uma comunidade ao mesmo tempo que asseguram que mulheres e crianças têm acesso seguro e fácil a essa distribuição - projetos de rede de segurança social que se focalizam na comunidade como um todo e asseguram que mulheres e raparigas beneficiam tanto como homens e rapazes.
NB: Apoio a organizações e instituições para a igualdade das mulheres (CAD/CRS 15170) pontuam, por definição, com objetivo principal.	

Marcadores de Política

2. GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA E INCLUSIVA	
DEFINIÇÃO Uma atividade deverá ser classificada como orientada para Governança (pontuando como Principal ou Significativa) se:	Destina-se a reforçar elementos fundamentais da governação democrática e inclusiva em todas as áreas da cooperação para o desenvolvimento.
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	<p>a) Os objetivos estão explicitamente indicados na documentação relativa à atividade; e</p> <p>b) A atividade contém medidas específicas que promovem um ou mais aspetos da governação, assim definidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento participativo, inclui esforços para apoiar a participação inclusiva e a representação equitativa dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, bem como apoio a instituições para expandir a cobertura, qualidade e/ou utilização de bens e serviços públicos. Inclui, em particular, esforços para melhorar a participação de grupos marginalizados e vulneráveis, de acordo com o princípio de não deixar ninguém para trás. - Democratização, inclui apoio para promover a responsabilização horizontal e vertical, incluindo esforços para melhorar os controlos e equilíbrios institucionais no seio do Estado, eleições credíveis e apoio aos órgãos eleitos, bem como e apoio ao envolvimento dos cidadãos e dos meios de comunicação social. - A boa governação, inclui esforços para defender um Estado de direito justo, melhorar a transparência na gestão dos assuntos públicos, e combater a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos. - Direitos humanos, inclui medidas que visam diretamente garantir melhor os direitos civis e políticos internacionalmente acordados, incluindo o direito à segurança e à paz, à liberdade de expressão e à liberdade de reunião. Abrange também abordagens de programação baseadas nos direitos humanos que visam a expansão dos serviços sociais.
EXEMPLOS DE ATIVIDADES (A lista não é exaustiva. As atividades podem ser classificadas neste marcador desde que os critérios de elegibilidade sejam satisfeitos)	<ul style="list-style-type: none"> - Reformas institucionais que tornam os governos mais eficazes na entrega de bens e serviços aos cidadãos de forma equitativa. - Reformas institucionais que melhorem a responsabilização e a transparência do governo. - Programas que melhorem o acesso à justiça. - Apoio às organizações da sociedade civil para melhorar a participação dos cidadãos nos processos de governação. - Apoio para melhorar a qualidade e integridade dos processos eleitorais. - Apoio aos processos de descentralização. - Educação cívica sobre direitos sociais, económicos e políticos. - Construção de cidades verdes inclusivas. - Capacitação das comunidades para a resiliência climática. - Programas que promovam medidas anti-corrupção. - Apoio a programas de reforma da educação que tornem o sector mais inclusivo. - Apoio a processos de diálogo multi-atores em vários sectores (comércio, agricultura, água e saneamento, etc.).
Nota Camões IP: Foi suprimida a atribuição automática a códigos setoriais específicos.	

Marcadores de Política

3. AMBIENTE, geral	
DEFINIÇÃO Uma atividade deverá ser classificada como orientada para o Ambiente (pontuando como Principal ou Significativa) se:	a) Visa produzir uma melhoria no ambiente biológico e/ou físico do país beneficiário, da área, ou do grupo-alvo; ou b) Inclui ações específicas que visam a integração de preocupações ambientais, através da capacitação institucional e/ou do desenvolvimento das capacidades.
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	a) O objetivo está explicitamente identificado na documentação do projeto; e b) A atividade contém medidas específicas destinadas a proteger/promover o ambiente físico e/ou biológico, ou a remediar danos existentes; ou c) A atividade contém medidas específicas destinadas a desenvolver/reforçar políticas, legislação e instituições responsáveis pela protecção ambiental.
EXEMPLOS DE ATIVIDADES <u>(A lista não é exaustiva.</u> As atividades podem ser classificadas neste marcador apenas se os critérios de elegibilidade acima descritos forem cumpridos).	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas e serviços sociais: Protecção dos recursos hídricos; políticas e gestão de recursos hídricos que tenham em conta constrangimentos ambientais e socioeconómicos; práticas de saneamento e gestão de resíduos das quais resultem benefícios. - Infraestruturas e serviços económicos: Projetos de infra-estruturas concebidos com componentes de protecção e gestão ambiental; atividades que promovam o uso sustentável de recursos energéticos (produção de energia a partir de fontes renováveis). - Setores de produção: Gestão sustentável do solo arável e dos recursos hídricos; programas de gestão sustentável das florestas e combate contra a deflorestação e degradação dos solos; programas de gestão sustentável dos recursos marítimos; adopção e promoção em processos de produção de tecnologias mais eficientes; medidas para suprimir/reduzir a poluição terrestre, marítima e aérea (eg filtros); aumento da eficiência energética em indústrias; uso sustentável de áreas turísticas ambientalmente sensíveis. <p>(A gestão sustentável de recursos naturais traduz-se numa combinação de práticas de gestão que foram planeadas e seleccionadas com base numa avaliação interdisciplinar dos impactos ecológicos, sociais e económicos de opções de gestão alternativas, e numa resolução de possíveis conflitos/disputas relativos ao significado e aceitação dos impactos resultantes das mesmas).</p>
NB: As atividades atribuídas ao código sectorial " Protecção ambiental geral ", ie, Políticas ambiental e gestão administrativa (CAD/CRS 41010); protecção da biosfera (CAD/CRS 41020); bio-diversidade (CAD/CRS 41030); preservação paisagista (CAD/CRS 41040); prevenção e controlo das inundações (CAD/CRS 41050); educação ambiental/formação (CAD/CRS 41081); investigação ambiental (CAD/CRS 41082).	

Marcadores de Política

4. Redução do Risco de Desastres (DRR)	
DEFINIÇÃO Uma atividade deverá ser classificada como orientada para a Redução do Risco de Desastres se:	Promove o objetivo e as metas globais do Enquadramento de Sendai para alcançar a redução substancial do risco e perdas de vidas em desastres, garantir os meios de subsistência e de saúde e os bens económicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, empresas, comunidades e países.
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	<p>A atividade contribui para:</p> <p>a) prevenção de novos riscos de desastres e / ou</p> <p>b) a redução do risco de desastre existente e / ou</p> <p>c) o fortalecimento da resiliência</p> <p>através da implementação de medidas económicas, estruturais, jurídicas, sociais, de saúde, culturais, educacionais, ambientais, tecnológicas, políticas e institucionais integradas e inclusivas que evitem e reduzam a exposição a riscos e a vulnerabilidade a desastres e aumentem a preparação para resposta e recuperação, com o explícito objetivo de aumentar a segurança humana, o bem-estar, a qualidade de vida, a resiliência e o desenvolvimento sustentável.</p> <p>A atividade pontuará como objetivo principal se contribuir direta e explicitamente para pelo menos uma das quatro Prioridades de Ação do Enquadramento de Sendai:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▫ Prioridade 1: Entender o risco de desastres. ▫ Prioridade 2: Fortalecer a gestão do riscos de desastres. ▫ Prioridade 3: Investir na redução do risco de desastres para resiliência. ▫ Prioridade 4: melhorar a preparação para desastres para obtenção de uma resposta eficaz e melhorar a recuperação, reabilitação e reconstrução.
EXEMPLOS DE ATIVIDADES (A lista não é exaustiva. As atividades podem ser classificadas neste marcador apenas se os critérios de elegibilidade acima descritos forem cumpridos).	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenho, implementação e avaliação de estratégias, políticas e medidas para melhorar a compreensão do risco de desastres; • Considerações de DRR integradas nas políticas de desenvolvimento, planeamento e legislação; • Promoção do compromisso político e da participação da comunidade na DRR; • Mapeamento de perigos multiriscos, avaliação e disseminação; • Ferramentas de suporte a tomada de decisões de planeamento de situações sensíveis a riscos; • Sistemas de alerta precoce com alcance às comunidades; • Desenvolvimento de conhecimento, conscientização pública e cooperação em DRR; • Inclusão da DRR nos currículos e capacitação de educadores; • Treino em gestão de riscos de desastres para comunidades, autoridades locais e setores-alvo; • Considerações de DRR integradas na adaptação às mudanças climáticas, na proteção social e nas políticas ambientais; • Normas legais para infraestruturas resilientes e planeamento do uso das terras; • Financiamento e seguros contra desastres; • Planeamento da preparação para desastres e exercícios regulares para melhoramento de resposta; • Infraestruturas e equipamento de proteção; • Planeamento e financiamento de recuperação resiliente.
Os códigos setoriais <i>redução do risco de desastres</i> (43060) e <i>preparação para resposta a perigos vários</i> (74020) pontuam, por definição, como objetivo principal.	

Marcadores de Política

5. Saúde Reprodutiva, materno-infantil e da criança (RMNCH)	
<p>DEFINIÇÃO Uma atividade deverá ser classificada como orientada para a Saúde Reprodutiva, materno-infantil e da criança (Reproductive, Maternal, Newborn and Child Health - RMNCH) se:</p>	<p>a) Contribuir para a melhoria da saúde materno-infantil e da criança numa perspectiva de "Cuidados Continuados". O conceito "Cuidados Continuados" no contexto da saúde reprodutiva, materno-infantil e da criança (RMNCH) implica uma abordagem abrangente que inclui a prestação integrada de serviços à mulher e às crianças desde a saúde reprodutiva até à gravidez, parto, cuidados neo-natais e infância. Estes cuidados podem ser promovidos por famílias, agregados familiares, comunidades ou através de serviços de ambulatório, clínicas ou outras estruturas de saúde a nível regional ou nacional.</p> <p>Este conceito de "Cuidados Continuados" preconiza que as opções reprodutivas e um nascimento seguro são essenciais para a saúde da mulher e da criança e que um início de vida saudável é um passo fundamental para uma infância sã e uma vida produtiva.</p>
<p>CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE</p>	<p>A atividade contribui para qualquer dos critérios enunciados:</p> <p>a) Melhorar o acesso das mulheres e das crianças a um conjunto abrangente e integrado de intervenções e serviços essenciais de saúde no âmbito dos Cuidados Continuados;</p> <p>b) Fortalecimento do sistema de saúde para melhorar o acesso e a oferta a serviços de qualidade específicos na área RMNCH;</p> <p>c) Capacitação técnica do pessoal de saúde na área RMNCH, assegurando que os técnicos se encontram devidamente habilitados/formados, com as infraestruturas, medicamentos, equipamento e regulamentações necessárias.</p> <p>NOTA: Nos documentos de projeto devem ser indicado(s) o(s) critério(s) de elegibilidade para os quais a atividade está orientada.</p>
<p>EXEMPLOS DE ATIVIDADES (A lista não é exaustiva. As atividades podem ser classificadas neste marcador apenas se os critérios de elegibilidade acima descritos forem cumpridos).</p>	<p>- Intervenções e serviços essenciais: Planeamento familiar, contraceção, Cuidados pré-natais, neo-natais e pós-natais; Cuidados obstétricos e neo-natais de emergência; Cuidados especializados durante o nascimento em instalações apropriadas; Serviços de interrupção da gravidez seguros (quando não proibidos por lei); Prevenção da transmissão do HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis de mãe para filho; Combate às infeções e às doenças cancerígenas do sistema reprodutivo e outras causas de morte de natureza ginecológica; Tratamentos de infertilidade; Prevenção e tratamento das doenças pediátricas incluindo infeções respiratórias e diarreias; Promover as boas práticas na alimentação de lactentes e crianças; Promover a amamentação; Promover terapias alimentares bem como de vitaminas e minerais essenciais, incluindo vitamina A e sais iodados.</p> <p>- Fortalecimento do sistema de saúde: Remoção de barreiras financeiras, sociais e culturais de acesso aos serviços de saúde (incluído advocacia); Melhorar a prestação de serviços RMNCH e aumentar o acesso a serviços de saúde adequadamente equipados; Apoio a planos nacionais de prestação de cuidados RMNCH; Implementação de mecanismos de monitorização e avaliação; Formação inicial e complementar de pessoal de saúde.</p> <p>- Atividades exteriores ao setor da saúde que contribuem para os Cuidados Continuados em RMNCH:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Programas abrangentes de Educação sexual . Programas de segurança alimentar orientados para as necessidades da mulher grávida, mães e crianças . Programas de saúde sexual e reprodutiva dirigidos às populações mais vulneráveis, como deslocados ou minorias étnicas quando deslocadas . Melhorar o acesso da mulher grávida, mães e crianças à água potável e saneamento básico . Disponibilizar em contexto de Ajuda Humanitária de Emergência, serviços de saúde materno-infantil que deverão incluir designadamente kits de parto e/ou equipas de parteiras e obstetras . Recolha de dados de censos que incluam nº de nascimentos e de nados-vivos.
<p>N.B.</p> <p>As atividades associadas aos seguintes códigos setoriais devem ser classificadas no mínimo com a pontuação 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Políticas e programas em matéria de população e gestão administrativa (13010) - Saúde reprodutiva (13020) - Planeamento familiar (13030) - Formação de pessoal em saúde reprodutiva e população (13081) <p>As atividades associadas aos seguintes códigos setoriais podem ser classificadas com uma pontuação que varia entre 0 e 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todos os setores da saúde (12XXX) - Combate às doenças sexualmente transmissíveis (DST) incluindo HIV/SIDA (13040) - Água potável e saneamento básico (14030) - Água potável(14031) - Saneamento básico (14032) 	

Marcadores de Política

6. Nutrição	
DEFINIÇÃO Uma atividade deverá ser classificada como orientada para a Nutrição se:	O seu objetivo é abordar os fatores determinantes imediatos ou subjacentes à subnutrição. Isto pode abranger uma série de projetos numa variedade de setores, incluindo intervenções humanitárias, saúde materna, água e saneamento e agricultura. Os fatores determinantes imediatos da desnutrição incluem uma ingestão alimentar inadequada, práticas alimentares ou acesso aos alimentos. As determinantes subjacentes da desnutrição incluem a segurança alimentar; recursos adequados de cuidados a nível materno, familiar e comunitário; e acesso aos serviços de saúde e a um ambiente seguro e higiénico.
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	É reportado no código 12240 - Nutrição básica OU O projeto contribui para um resultado sensível à nutrição E a documentação do projeto inclui um objetivo ou indicador explícito de nutrição.
EXEMPLOS DE ATIVIDADES (A lista não é exaustiva. As atividades podem ser classificadas neste marcador apenas se os critérios de elegibilidade acima descritos forem cumpridos).	<ul style="list-style-type: none"> - Fortificação de alimentos de base com o objetivo de reduzir as carências de ferro e de ácido fólico - Gestão da desnutrição aguda em situações de emergência - Comunicação sobre a mudança de comportamentos para promover o aleitamento materno exclusivo - Melhorias nos sistemas de vigilância nutricional e de informação sanitária - Formação do pessoal de saúde para identificar e tratar as deficiências nutricionais - Um programa integrado para a saúde materna e infantil que inclui a promoção do aleitamento materno, juntamente com várias outras intervenções de saúde que não são diretamente relevantes para a nutrição - Um programa de alimentação escolar cujo principal objetivo seja o aumento da frequência escolar, incluindo também objectivos/indicadores explícitos para a diversidade alimentar e a riqueza em micronutrientes das refeições escolares - Um programa agrícola cujo principal objetivo é melhorar o acesso dos pequenos agricultores e das mulheres aos mercados, incluindo também objectivos/indicadores explícitos para a disponibilidade e acessibilidade de preços de alimentos nutritivos nos mercados - Programas que promovam a diversidade dos regimes alimentares

7. Inclusão e empoderamento de pessoas com deficiência	
DEFINIÇÃO De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), as pessoas com deficiência incluem aquelas que têm incapacidades físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais de longa duração que, em interação com várias barreiras, podem impedir a sua participação plena e efectiva na sociedade em condições de igualdade com os outros.	As atividades de cooperação para o desenvolvimento são classificadas como inclusivas de pessoas com deficiência (pontuação Principal ou Significativa) se: Tiverem como objetivo deliberado assegurar que as pessoas com deficiência sejam incluídas e possam partilhar os benefícios, em condições de igualdade com as pessoas sem deficiência. ou Contribuírem para promover, proteger e assegurar o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promoverem o respeito pela sua dignidade inerente, em conformidade com o artigo 1.º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. ou Apoiam a ratificação, a aplicação e/ou o controlo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE Apoio a atividades que contribuam para o respeito, a proteção e o cumprimento dos direitos e a inclusão das pessoas com deficiência, explicitamente fomentadas na documentação da atividade através de medidas específicas que:	<ul style="list-style-type: none"> - Promover e proteger a igualdade de gozo de todos os direitos humanos por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente (art. 1.º da CDPD). - Assegurar a capacitação e a acessibilidade das pessoas com deficiência ao ambiente físico, social, económico e cultural, à saúde e à educação, bem como à informação e à comunicação. - Promover a inclusão social, económica ou política das pessoas com deficiência; ou desenvolver ou reforçar políticas, legislação ou instituições de apoio à participação efectiva na sociedade das pessoas com deficiência e/ou das suas organizações representativas.
Exemplos de atividades que poderiam ser marcadas como objetivo principal (pontuação 2) incluem:	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio à educação inclusiva, tal como definida no artigo 24º da CDPD. - Apoio a programas de inserção profissional que incluam pessoas com deficiência. - Apoio a projectos sociais e de saúde especificamente concebidos para reduzir a vulnerabilidade das pessoas com deficiência. - Apoio à redução das barreiras arquitectónicas nas zonas urbanas.
Exemplos de atividades que poderiam ser marcadas como objetivo significativo (pontuação 1) incluem:	<ul style="list-style-type: none"> - Um projeto de infraestrutura novo ou renovado que seja totalmente acessível a pessoas com deficiência. - Uma biblioteca/escola local que disponibilize material cultural e educativo também num formato acessível a pessoas com deficiências visuais ou auditivas. - Um projeto de inclusão social que inclua pessoas com deficiência entre os grupos-alvo.
Exemplos de atividades que podem ser marcadas como não orientadas para o objetivo (pontuação 0):	<ul style="list-style-type: none"> - Um programa ou atividade destinado a melhorar os serviços básicos para os pobres que declara que também abrangerá as pessoas com deficiência porque estas tendem a estar entre os mais pobres, mas não contém mecanismos ou actividades específicos para garantir a inclusão. - Um programa que estabelece uma escola segregada para crianças com deficiência.

Marcadores Rio

BIODIVERSIDADE (OBJ. RIO)

DEFINIÇÃO	Se promove, pelo menos, um dos três objetivos da Convenção do Rio sobre Biodiversidade: protecção da biodiversidade, uso sustentável das suas componentes (ecossistemas, espécies ou recursos genéticos), partilha equitativa e justa dos benefícios da utilização dos recursos genéticos.
Uma atividade deverá ser classificada como orientada para a Biodiversidade (pontuando como Principal ou Significativa) se:	
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	A atividade contribui para: (a) A protecção ou melhoria dos ecossistemas, espécies ou recursos genéticos através da conservação in ou ex-situ ou da reparação de danos ambientais existentes; ou (b) A integração de preocupações com a biodiversidade nos objetivos de desenvolvimento dos países parceiros, através do apoio às instituições, ao desenvolvimento das capacidades, ao fortalecimento do quadro regulamentar e das políticas, ou da investigação; ou (c) Desenvolver a capacidade dos países parceiros no cumprimento das obrigações decorrentes da Convenção. A atividade pontuará como "objetivo principal" se tiver como objetivo directo, e expresso, atingir um ou mais dos três critérios acima.
EXEMPLOS DE ATIVIDADES	1. Integração das preocupações com a biodiversidade nas políticas sectoriais, no planeamento e programas, por exemplo: (1.1) Protecção dos recursos hídricos e reabilitação das infraestruturas associadas; conjugação das necessidades de protecção e gestão da bacia hidrográfica, da captação de água e da bacia do rio; (1.2) Práticas agrícolas sustentáveis, incluindo a substituição de usos e extrações indevidos por plantações e cultivos alternativos ou substâncias equivalentes; estratégias integradas de gestão de pesticidas; conservação do solo; conservação in-situ de recursos genéticos; projetos sustentáveis; (1.3) Combater a desflorestação e a degradação dos solos e ao mesmo tempo manter ou promover a biodiversidade nas áreas afectadas; (1.4) Promoção da pesca sustentada de alto mar, costeira e de água doce. (1.5) Uso sustentável das áreas ambientais propícias ao turismo.
1. Atividades em setores específicos:	
Água e saneamento Agricultura Sivicultura Pesca Turismo	
2. Atividades não sectoriais:	1. Preparação de estratégias, programas e planos nacionais relativos à biodiversidade; inventários e avaliações no âmbito da biodiversidade; desenvolvimento de legislação e quadros regulamentares para protecção de espécies ameaçadas; desenvolvimento de incentivos; avaliações de impacto; políticas e legislação sobre acesso equitativo aos benefícios dos recursos genéticos. 2. Identificação de áreas protegidas do ponto de vista ambiental, do uso dos solos e do planeamento do desenvolvimento regional. 3. Protecção das espécies protegidas ou ameaçadas e dos seus <i>habitats</i> , por exemplo através da promoção da pecuária tradicional ou do cultivo/colheita de plantas ou conservação <i>ex-situ</i> (p.ex. Bancos de sementes, Jardins zoológicos). 4. Capacitação técnica na área da taxonomia, avaliação da biodiversidade e gestão da informação relativa à mesma; educação, formação e sensibilização para a importância da biodiversidade. 5. Investigação sobre temas ecológicos, socioeconómicos e de políticas relacionados com a biodiversidade, incluindo investigação sobre populações indígenas e aplicação dos seus conhecimentos. 6. Apoiar o desenvolvimento e uso de abordagens, métodos e ferramentas para avaliação; valorização e sustentabilidade dos ecossistemas.
Política ambiental e gestão administrativa Protecção da biosfera e da biodiversidade Educação ambiental/Formação Investigação ambiental	

NB: Biodiversidade (Sector CAD/CRS 41030) pontua, por definição, com o objetivo principal.

CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ACORDO DE PARIS (OBJ RIO)

Mitigação das Alterações Climáticas

DEFINIÇÃO	Contribui para a estabilização das concentrações de gás com efeito estufa (GEE) na atmosfera ao ponto de prevenir interferências antropogénicas perigosas no sistema climático através de esforços de redução/limitação das emissões de GEE ou de aumento do sequestro de GEE, em conformidade com os objectivos do Acordo de Paris*.
Uma atividade deverá ser classificada como orientada para as Alterações Climáticas - mitigação (pontuando como Principal ou Significativa) se:	
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	A atividade contribui para: (a) A mitigação das alterações climáticas através da limitação de emissões antropogénicas do GEE, incluindo gases regulados pelo Protocolo de Montreal; ou (b) A protecção/melhoria de reservatórios e sumidouros de GEE; ou (c) A integração das preocupações com as alterações climáticas nos objetivos de desenvolvimento dos países parceiros, através do apoio institucional, do desenvolvimento das capacidades, do fortalecimento do quadro regulamentar e de políticas, transferência de tecnologia ou da investigação; ou (d) Desenvolver as capacidades dos países parceiros de modo a respeitarem as obrigações decorrentes da Convenção e do Acordo de Paris, nomeadamente a implementação e o reforço das ações de mitigação. A atividade pontuará como "objetivo principal" se tiver como objetivo claro e expresso atingir um ou mais dos três critérios acima.

* Ver artigo 2.1 (a) do Acordo de Paris:

Holding the increase in the global average temperature to well below 2 °C above pre-industrial levels and pursuing efforts to limit the temperature increase to 1.5 °C above pre-industrial levels, recognizing that this would significantly reduce the risks and impacts of climate change.

Marcadores Rio

CONVENÇÃO SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (OBJ RIO) Adaptação às Alterações Climáticas	
DEFINIÇÃO Uma atividade deverá ser classificada como orientada para a adaptação às Alterações Climáticas (pontuando como Principal ou Significativa) se:	Pretender reduzir a vulnerabilidade dos sistemas humanos ou naturais aos impactos correntes e expectáveis das alterações climáticas, incluindo variabilidade climática, manutenção e reforço da resiliência, através do aumento da capacidade de adaptação a, ou de amortecer, o stress, os choques e a variabilidade originados pelas alterações climáticas e/ou ajudando a reduzir a exposição a estes fatores. Abranger uma série de atividades desde a informação e geração de conhecimento até ao desenvolvimento de capacidades, planeamento e implementação de ações de adaptação às alterações climáticas.
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE Uma atividade é elegível a marcar como adaptação às alterações climáticas se:	1. O objetivo de adaptação às alterações climáticas se encontrar explicitamente indicado na documentação da atividade; e 2. A atividade incluir medidas específicas que permitam o enquadramento referido no ponto anterior. A elaboração de uma avaliação da vulnerabilidade à variabilidade ou alteração climáticas, separadamente ou como parte integrante dos procedimentos correntes das "agências", facilita esta abordagem. No sentido de orientar a pontuação, é recomendado como "boa prática", uma abordagem em três etapas, em particular para justificar a marcação como "objetivo principal": - Estabelecer o contexto dos riscos, vulnerabilidades e impactos relacionados com variabilidade climática e alterações climáticas: para se considerar que um projeto contribui para a adaptação às alterações climáticas, o contexto em que se enquadra a vulnerabilidade climática deve ser demonstrado de forma clara a partir de evidências robustas. - Indicar no documento de projeto como se pretende abordar os riscos, vulnerabilidades e impactos identificados: o projeto deve referir como pretende abordar o contexto e localização das vulnerabilidades específicas das alterações climáticas, tal como definido nas análises e relatórios existentes ou nas avaliações de vulnerabilidade climática do projeto. - Demonstrar uma clara e direta ligação entre os riscos, vulnerabilidades e impactos identificados e as atividades específicas do projeto: o projeto deve de forma explícita, contribuir para a solução dos riscos e vulnerabilidades das alterações climáticas atuais e futuras identificadas na documentação do projeto.
Consulte a tabela indicativa para orientação sobre Rio marcação pelo setor sub sector e exemplos de atividades de qualificação.	
CONVENÇÃO SOBRE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (OBJ RIO)	
DEFINIÇÃO Uma atividade deverá ser classificada como orientada para a Desertificação (pontuando como Principal ou Significativa) se	Se contribui para o combate à desertificação e para a redução dos efeitos da seca em zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas através da prevenção e/ou da redução da degradação dos solos, da reabilitação de solos parcialmente degradados, ou da utilização de terra desertificada.
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	A atividade contribui para: a) A proteção ou melhoria de ecossistemas secos ou para remediar estragos ambientais; ou b) A integração das preocupações com a desertificação nos objectivos de desenvolvimento dos países parceiros, através do fortalecimento institucional, do desenvolvimento de capacidades, do fortalecimento do quadro regulamentar e de políticas, ou da investigação, ou c) Desenvolver as capacidades dos países parceiros de modo a respeitarem as obrigações decorrentes da Convenção. A atividade pontuará como "objetivo principal" se tiver como objetivo direto, e expresso, atingir um ou mais dos critérios acima e se relaciona com a realização programas de ação nacionais, sub-regionais e regionais.
EXEMPLOS DE ATIVIDADES 1. Atividades em setores específicos: Água e Saneamento Agricultura Florestas	1. Integração de ações de combate à desertificação e à degradação dos solos nas políticas setoriais, nos programas e no planeamento (p. ex. Políticas, planos e programas de desenvolvimento agrícola e rural); (1.1) Reabilitação dos solos, da cobertura vegetal, das florestas e dos recursos hídricos, conservação e gestão sustentável dos solos e dos recursos hídricos. (1.2) Irrigação sustentável para as colheitas e pecuária, para redução da pressão sobre os solos ameaçados; projetos sustentáveis. (1.3) Desenvolvimento de tecnologias ambientais tradicionais e locais, know-how e práticas de combate à desertificação (p.ex. Métodos de conservação da água, da madeira (para combustível ou construção) e dos solos em zonas secas).
2. Atividades não setoriais: Política ambiental e gestão administrativa Educação ambiental/Formação Investigação Ambiental	1. Preparação de estratégias e programas de ação de combate à desertificação e redução dos efeitos da seca; estabelecimento de sistemas de alerta para secas; fortalecimento da capacidade de prevenção e gestão das secas; monitorização e avaliação de indicadores de impacto. 2. Medidas para promover a participação das populações afetadas no planeamento e implementação da gestão de recursos sustentáveis, ou para melhorar a segurança no que se refere à posse de terras. 3. Apoio a políticas sobre população/migração, com vista à redução da pressão das populações sobre as terras. 4. Capacitação técnica no âmbito da monitorização e avaliação do processo de desertificação; educação, formação e programas de sensibilização pública para a importância da desertificação e da degradação dos solos. 5. Investigação no âmbito da desertificação e degradação dos solos.